

Curso
Presencial

 15, 16 E 17 DE SETEMBRO

 PORTO VELHO/RO



Oficina Prática de

Planejamento das Contratações na Lei 14.133/2021

Aprenda na prática a
elaborar o DFD, ETP, TR e
Gerenciamento de Riscos



Professor:
Jamil Manasfi



Fomentando a **Cultura** de pensadores
públicos para uma **Nova Era!**

publicthinker.com.br

 69 2018-2218

 comercial05@publicthinker.com.br

APRESENTAÇÃO

A Oficina Prática de Planejamento das Contratações na Lei nº 14.133/2021 foi desenvolvida para capacitar os participantes na elaboração dos principais artefatos da fase preparatória das contratações públicas, com foco prático e aplicação imediata no dia a dia da Administração Pública.

Durante o treinamento, os participantes irão aprender, na prática, a elaborar o Documento de Formalização da Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Pesquisa de Preços, Termo de Referência (TR) e Gerenciamento de Riscos, utilizando técnicas atualizadas, jurisprudência dos Tribunais de Contas e ferramentas de Inteligência Artificial para otimizar as atividades.

A metodologia do curso será totalmente prática, com desenvolvimento de atividades aplicadas, exercícios e oficinas. Por esse motivo, recomenda-se que cada participante leve seu notebook para acompanhar as atividades e realizar as construções práticas dos documentos durante a capacitação.

OBJETIVO

Capacitar os participantes para elaborar, de forma técnica, eficiente e segura, os principais artefatos de planejamento das contratações públicas previstos na Lei nº 14.133/2021, utilizando metodologias práticas, estudos de caso e ferramentas de Inteligência Artificial aplicadas às compras públicas.

PÚBLICO-ALVO

Agentes de Contratação, Pregoeiros(as), membros das Equipes de Apoio, integrantes das Áreas Demandantes e Técnicas, servidores que atuam no planejamento das contratações, gestores e fiscais de contratos, assessores jurídicos, agentes de controle interno, auditores, além de demais servidores e profissionais que atuam direta ou indiretamente nos processos de compras públicas e contratações administrativas.

INSTRUTORES



JAMIL MANASFI
PROFESSOR

Mestrando em Gestão Pública e Liderança com especialização em Direito Administrativo da Universidade Europeia del Atlântico; Bacharel em Direito e Administração Pública; MBA em Licitações e Contratos; MBA em Gestão Pública; Especialista em Metodologia do Ensino Superior; Professor e orientador de TCC dos MBAs em Licitações e Contratos da Faculdade Polis Civitas – PR; Pós-Graduação NAVIGARI – MA; Pós-Graduação UNYPÚBLICA; Escola Mineira de Direito – EMD; Faculdade Baiana de Direito; GranCursos, CERS, Faculdade Católica de Rondônia e Centro Universitário São Lucas – RO.

Autor dos livros: Regulamentação Municipal Lei nº 14.133/21, Pregoeiros e Agentes de Contratação – Desvendando a Lei nº 14.133/2021 em Perguntas e Respostas (Coordenador) e Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Estudos em homenagem ao Professor Ronny Charles Lopes de Torres, artigos e e-books jurídicos sobre licitações e contratos administrativos.

Professor do Grupo Negócios Públicos – NP, IGCESP, CAPACITAR Treinamentos, Public Thinker Treinamentos e Capacitações, NOVALICITA Treinamentos, CATE Soluções e Treinamentos, Elo Eventos, INOVE Treinamentos, Excellent Treinamentos, CEAP Brasil, Instituto de Estudos Jurídicos e Diálogo Constitucional – IDECON.

Servidor de carreira da Prefeitura Municipal de Porto Velho – RO; Pregoeiro Oficial do CRA-RO; Palestrante e Instrutor na área de licitações e contratos, planejamento das contratações e formação de pregoeiros; Professor convidado da Academia Militar das Agulhas Negras,

Universidade de São Paulo – USP, Ministério Público do Pará – MPPA e Escola Corporativa da FIOCRUZ.

Membro Especial da Ordem dos Pregoeiros e Agentes de Contratações da Paraíba, Membro da Associação Nacional de Pregoeiros e Agentes de Contratação – ANPPME, Membro da Rede Governança Brasil e Presidente da Rede de Pesquisa Avançada em Licitações e Contratos – REPALC.

Participação em grandes eventos como: Congresso Brasileiro de Pregoeiros – CPB, Pregão Week, Pregoeiros Summit, SummitGov, Seminário Nacional de Compras Públicas – SENACOP, Congresso Brasileiro de Consultoria de Licitações e Contratos, Seminário Avançado: Aplicação e Operacionalização da Lei nº 14.133/21 em Rondônia (Coordenador); Simpósio de Compras Públicas do Triângulo Mineiro (Coordenador); Seminário de Compras Públicas – Lei nº 14.133/21 no Acre (Coordenador); Seminário Avançado: Aplicação e Operacionalização da Lei nº 14.133/21 em Macapá (Coordenador), WEBCON de Licitações e Contratos online (Coordenador); Congresso de Contratações Públicas do Nordeste; Congresso Brasileiro de Direito Público – EMD; Licita Expo 2024; 30º Seminário Elo Consultoria Norte/Nordeste de Licitações e Contratos – da Teoria à Prática; PLANEJAGOV 2024; Seminário Estadual de Compras Públicas Municipais – SECOMP; Licita Week; O Sucesso na Transição – Aplicação da Lei nº 14.133/21; SUMMIT Obras Públicas no Estado do Pará (Coordenador); 2º Seminário Nacional das Contratações dos Conselhos Profissionais; Licitantes Inabaláveis, etc.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Oficina Prática de Planejamento das Contratações na Lei 14.133/2021
Aprenda na prática a elaborar o DFD, ETP, TR e Gerenciamento de Riscos

FASE PREPARATÓRIA (ARTEFATOS DE PLANEJAMENTO)

Módulo 1 - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

- Documento de Formalização da Demanda para instrução processual;
- Justificativa da necessidade da contratação/aquisição considerando o Planejamento Estratégico do órgão, se for o caso;
- Quantidade de serviço a ser contratado ou bens a serem adquiridos;
- Previsão da data em que deve ser iniciada a prestação do serviço ou entrega dos bens;
- Indicação dos possíveis membros da equipe de planejamento e caso necessário o responsável pela fiscalização;
- Utilização de IA para potencializar a elaboração do DFD;
- Atividades Práticas;

Módulo 2 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINARES - ETP: IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE E LEVANTAMENTO DE MERCADO

- Conceito de ETP (e demais conceitos relevantes);
- A evolução normativa dos ETP: da Lei 8.666/1993 a 14.133/21;
- Os ETP e a jurisprudência dos Tribunais de Contas;
- Elementos dos Estudos Técnicos Preliminares - Descrição da necessidade da contratação - Descrição dos requisitos da contratação - Levantamento de mercado - Descrição da solução como um todo - Estimativa das quantidades a serem contratadas - Estimativa do valor da contratação - Justificativa para o parcelamento ou não da solução - Contratações correlatas e/ou interdependentes - Alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico Plano Anual de Contratações - Resultados pretendidos - Providências de adequação do órgão ou entidade - Impactos ambientais e medidas de tratamento - Conclusão sobre a viabilidade e a razoabilidade da contratação; Elementos obrigatórios x Elementos opcionais;
- Exceções à elaboração dos ETP;

- ETP Digital: utilização e adesão ao sistema do Ministério da Economia;
- Instrução Normativa Seges nº 58 de 08 de agosto de 2022.
- Utilização de IA para potencializar a elaboração do ETP;
- Atividades Práticas;

MÓDULO 3 - PESQUISA DE PREÇOS E ANÁLISE CRÍTICA DE PREÇOS

- A quem compete realizar a pesquisa de preços?
- Objetivos da pesquisa de preços;
- A Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021;
- Sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços, Modulo Pesquisa de Preços COMPRAS.GOV.BR ou banco de preços;
- Como deve ser realizada a pesquisa de preços;
- Contratações similares feitas pela Administração Pública;
- Pesquisa publicada em mídia especializada;
- Pesquisa direta com fornecedores;
- Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas;
- Noções de estatística aplicada à pesquisa de preços;
- Metodologias para obtenção do preço estimado ou preço máximo;
- Pesquisa de Preços para Contratação direta (dispensa de licitação e inexigibilidade);
- A forma de apresentação da pesquisa de preços.
- Utilização de IA para potencializar a elaboração da Pesquisa de Preços;
- Atividades Práticas;

Módulo 4 - TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO

- Conceito e funções do Termo de Referência e do Projeto Básico;
- Distinção entre Projeto Básico e Termo de Referência;
- A importante função do Termo de Referência e do Projeto Básico para seleção da proposta mais vantajosa;
- Competência para a elaboração do termo de referência ou do Projeto Básico;
- Elementos que compõem o Termo de Referência: - Descrição do objeto; - Especificação das características mínimas - Quantidades; - Unidade de medida; - Divisão de item/lotes - Divisibilidade do objeto – Lote, Grupo ou Item - Parcelamento obrigatório; - Indicação de marca; - Pré-qualificação de marcas; - Certificado de qualidade; - Solicitação de amostra - Quando solicitar, considerando as modalidades existentes;
- Elementos que compõem o Projeto Básico: a) levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;
 - o soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;
 - o identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
 - o informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
 - o subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
 - o orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução

previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 da Lei nº14.133/21;

- Responsabilidade do setor técnico ao descrever o objeto.
- Modelos padronizados de Termo de Referência e Projeto Básico da AGU conforme NLLC;
- Definição dos prazos;
- Instrução Normativa Seges nº 81/2022.
- Utilização de IA para potencializar a elaboração do TR ou PB;
- Atividades Práticas.



**CURSO PRÁTICO.
LEVE SEU NOTEBOOK!**

CARGA HORÁRIA

24 horas/aula

PROGRAMAÇÃO

1º DIA: 15 de setembro de 2026

8h às 9h	Credenciamento
09h às 12h	Aula
12h às 13h30	Almoço
13h30 às 15h30	Aula
15h30 às 16h	Coffe Break
16h às 18h00	Aula

2º DIA: 16 de setembro de 2026

8h às 9h	Credenciamento
09h às 12h	Aula
12h às 13h30	Almoço
13h30 às 15h30	Aula
15h30 às 16h	Coffe Break
16h às 18h00	Aula

3º DIA: 17 de setembro de 2026

8h às 9h	Credenciamento
09h às 12h	Aula
12h às 13h30	Almoço
13h30 às 15h30	Aula
15h30 às 16h	Coffe Break
16h às 18h00	Aula

Pontualidade: Prezamos pelo cumprimento rigoroso da programação de horários, portanto as atividades serão iniciadas pontualmente todos os dias, conforme cronograma. Recomendamos que cheguem com antecedência para realizar o credenciamento com tranquilidade e escolher o melhor lugar na sala.

CERTIFICAÇÃO

- Ao final do evento, será emitido um certificado digital de conclusão no formato PDF, enviado diretamente para o e-mail do participante em até 3 dias úteis após a conclusão do evento.
- O certificado será concedido somente aos participantes que atingirem, no mínimo, 75% de frequência, conforme controle de presença registrado durante o evento.

INVESTIMENTO

R\$ 2.590,00 (por participante)

ESTÁ INCLUSO NO INVESTIMENTO

- Coffe Break vespertino
- Material didático de apoio
- Certificado de conclusão digital (PDF)

LOCAL

À definir

PAGAMENTO

Inscrição via órgão público: o pagamento deverá ser efetuado em parcela única através de nota de empenho, depósito bancário, transferência ou pix, até 30 dias após emissão da nota fiscal.

Inscrição por pessoa física/jurídica: o pagamento deverá ser de forma antecipada através de depósito bancário, transferência, pix, cartão de débito ou crédito.

DADOS BANCÁRIOS

Public Thinker Treinamentos e Capacitações LTDA.

CNPJ: 36.338.049/0001-04

Banco: 756 - SICOOB

Agência: 3315 | Conta: 680.718-6

Pix: 36.338.049/0001-04 (CNPJ)

CONTATO

Telefone/WhatsApp: (69) 2018-2218

Email: comercial05@publicthinker.com.br

Site: www.publicthinker.com.br

IMPORTANTE

A empresa reserva-se o direito de cancelar e/ou adiar o evento por motivos operacionais, se houver insuficiência de alunos, e substituir o professor por motivos imperiosos. A confirmação do treinamento poderá ser realizada até 7 dias antes do evento.

A confirmação da inscrição no evento só será realizada mediante o recebimento da Nota de Empenho, Nota de Serviço, Autorização ou através de outra forma de comprovação de participação pelo aluno, obedecendo ao prazo limite de 20 (vinte) dias antes do evento.

O cancelamento por parte do aluno deverá ser realizado antes do prazo de dez dias úteis. Após este prazo, será necessária a substituição do aluno ou a solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização em outro treinamento.

Quando não for possível cumprir os prazos estabelecidos, favor entrar em contato com a empresa.

****Atenção:** Solicitamos aos participantes de outros estados que adquiram passagens aéreas e hospedagem somente após a confirmação da capacitação por e-mail.